

Nunes cobra ONG por despesas do Wi-Fi Livre

Auditoria aponta notas suspeitas e pede devolução de R\$ 906 mil

Da Redação

A Gestão do Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou a devolução de R\$ 906 mil ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização da sociedade civil responsável pela execução do programa Wi-Fi Livre na capital, após identificar inconsistências na prestação de contas do contrato. Segundo a administração municipal, uma auditoria encontrou aproximadamente R\$ 12 milhões em notas fiscais consideradas suspeitas, que foram apresentadas para justificar despesas que seriam relacionadas ao serviço de internet gratuita instalado em comunidades.

IRREGULARIDADES APONTADAS

As irregularidades foram apontadas durante a análise da documentação entregue pela entidade à Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. Entre os problemas identificados estão notas fis-

cais canceladas, documentos com informações insuficientes para comprovar os serviços executados e registros que, segundo a prefeitura, não atendem às exigências previstas no contrato.

O QUE O CONTRATO PREVÊ

A administração municipal informou que o contrato prevê o repasse antecipado de parte dos recursos para a execução do serviço e que, posteriormente, é realizada a conferência da prestação de contas. Quando são verificadas despesas incompatíveis com as regras do contrato ou documentos considerados irregulares, os valores são glosados, ou seja, descontados dos pagamentos devidos ou cobrados para ressarcimento aos cofres públicos.

De acordo com a prefeitura de São Paulo, a cobrança de R\$ 906 mil corresponde ao montante que deverá ser restituído após a conclusão da análise das despesas. O restante dos valores classifi-



Prefeito de SP já havia dito que inconsistências seriam analisadas

cados como suspeitos ainda depende da continuidade das verificações administrativas, podendo resultar em novas outras medidas previstas na legislação.

VALORES DO CONTRATO

O contrato do programa Wi-Fi Livre, firmado com o ICB, tem valor de aproximadamente R\$ 108 milhões e prevê a instalação e manutenção de milhares de pontos de acesso gratuito à internet em regiões periféricas da capital paulista. O acordo também é alvo de investigação conduzida pela Polícia Civil, que apura possíveis irregularidades na contratação e na execução dos serviços.

A prefeitura afirma que o funcionamento da rede é acompanhado continuamente por meio de um sistema de monitoramento, que permite verificar a operação dos equipamentos e a disponibilidade dos pontos de acesso. Segundo a administração, a fiscalização financeira ocorre de forma periódica e integra a rotina de controle dos contratos mantidos pelo município de São Paulo.

Ainda conforme a administração municipal da capital paulista, processos semelhantes de glosa já ocorreram anteriormente no mesmo contrato, sempre que a análise técnica identificou despesas incompatíveis com

as regras estabelecidas ou documentação considerada insuficiente. A prefeitura sustenta que esse procedimento faz parte dos mecanismos de fiscalização e controle da execução contratual.

O Instituto Conhecer Brasil nega a existência de irregularidades na prestação de contas e afirma que a documentação apresentada segue as exigências contratuais.

A entidade informou que está colaborando com os órgãos responsáveis pelas apurações e que pretende apresentar os esclarecimentos necessários durante o andamento dos processos administrativos e das investigações em curso.

Reservatório da Anhaia Mello opera ainda neste ano

Da Redação

A Prefeitura de SP informou que o novo reservatório de contenção de cheias em construção na Avenida Professor Luís Inácio de Anhaia Mello, na Zona Leste, deve entrar em operação até o fim de 2026. O equipamento integra o sistema de drenagem do córrego da Mooca e tem como objetivo reduzir os impactos das enchentes na região.

A obra está sendo executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB) e pela SPObras, com investimento de R\$ 166,6 milhões. O reservatório está sendo implantado no Centro Esportivo Vila Alpina – Arthur Friedenreich, em uma área de aproximadamente 13,8 mil metros quadrados.

Segundo a administração municipal, mais de 30% da construção já foi concluída.

De acordo com o projeto, a estrutura pronta terá 15 metros de profundidade e capacidade para armazenar 134,5 mil metros cúbicos de água da chuva, volume equivalente a cerca de 54 piscinas olímpicas. O sistema contará com seis bombas hidráulicas para o escoamento da água acumulada, com capacidade conjunta superior a 4.200 litros por segundo, além de um equipamento adicional destinado às operações para manutenção e limpeza.

A expectativa da prefeitura é que o reservatório contribua para diminuir os alagamentos registrados com frequência nos bairros da Mooca, Vila Prudente, São Lu-



Obras do novo reservatório do córrego da Mooca, Av. Anhaia Mello, na Zona Leste

cas e Sapopemba. A estimativa é de que cerca de 500 mil moradores sejam beneficiados pela intervenção.

Após a conclusão de todas as obras, a área onde ficará

o reservatório será coberta por uma laje de concreto, permitindo a reconstrução da infraestrutura do centro esportivo. O projeto prevê a implantação de quadra de

tênis, quadra poliesportiva, dois campos de futebol, além de pista de atletismo e playground sobre a estrutura.

Na etapa já executada, foram retirados aproximadamente 70 mil metros cúbicos de terra, um volume equivalente a cerca de 5 mil caminhões basculantes, segundo dados da prefeitura.

A administração municipal também informou que o projeto passou por alterações para reduzir os impactos ambientais. Conforme divulgado, a quantidade de árvores que precisarão ser removidas foi reduzida de 295 para 102 exemplares. O plano prevê ainda a preservação de 126 árvores, o transplante de outras 80 e o plantio compensatório de 377 mudas ao longo da execução da obra.